

Demonstrações Financeiras 2015

GENTE
QUE
COOPERA
CRESCER.



Demonstrações Financeiras Combinadas

Sistema Cooperativo Sicredi

31 de dezembro de 2015 e 2014
com Relatório dos Auditores Independentes

Índice

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras combinadas.....03

Demonstrações financeiras combinadas auditadas

Balanços patrimoniais combinados.....05

Demonstrações combinadas dos resultados.....09

Demonstrações combinadas das mutações do patrimônio líquido.....10

Demonstrações combinadas dos fluxos de caixa.....12

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas.....13

Relatório dos Auditores Independentes

Sobre as Demonstrações Financeiras Combinadas

AOS ADMINISTRADORES E ASSOCIADOS DO SISTEMA COOPERATIVO SICREDI

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Sistema Cooperativo Sicredi (“Sistema Sicredi”) (formado pelas empresas relacionadas na nota explicativa nº 2), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração do Sistema Sicredi é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, associadas às diretrizes estabelecidas na Resolução 4.151

do Conselho Monetário Nacional - CMN de 30 de outubro de 2012 e Circular 3.669 do BACEN de 2 de outubro de 2013 (combinação contábil de sistemas cooperativos), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras combinadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a

respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras combinadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Sistema Sicredi para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Sistema Sicredi. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Sistema Cooperativo Sicredi em 31 de dezembro de 2015, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, associadas às diretrizes estabelecidas na Resolução 4.151 do CMN de 30 de outubro de 2012 e Circular 3.669 do BACEN de 2 de outubro de 2013, conforme descrito em nota explicativa nº 2.

ÊNFASE SOBRE A REAPRESENTAÇÃO DOS VALORES CORRESPONDENTES

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações financeiras combinadas apresentadas para fins de comparação foram alteradas em relação àquelas anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em decorrência de reclassificações de valores entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez na demonstração dos fluxos de caixa, e estão sendo reapresentadas como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Apresentação das demonstrações financeiras combinadas

As demonstrações financeiras individuais das Cooperativas de Crédito singulares e dos fundos de investimentos, integrantes do Sistema Sicredi e constantes na combinação foram auditadas por outros auditores, e divulgadas separadamente.

Porto Alegre, 16 de março de 2016.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SPO15199/F-6

Dario Ramos da Cunha

Contador CRC-1SP214144/O-1

Gregory Gobetti

Contador CRC-PRO39144/O-8

Balancos patrimoniais combinados

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	NOTA	2015	2014
ATIVO			
Circulante		39.249.975	33.997.239
Disponibilidades		538.690	479.859
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	11.453.086	10.929.447
Aplicações no mercado aberto		11.037.669	10.394.103
Aplicações em depósitos interfinanceiros		397.314	521.870
Aplicações em depósitos de poupança		15	48
Aplicações em moedas estrangeiras		18.088	13.426
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	6.950.631	3.947.621
Carteira própria		5.548.276	2.481.436
Vinculados a operações compromissadas		791.065	177.213
Vinculados a prestação de garantias		546.197	1.076.283
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	65.093	212.689
Relações interfinanceiras		652.703	685.928
Pagamentos e recebimentos a liquidar		6.623	1.705
Créditos vinculados		613.838	652.843
Depósitos no Banco Central		613.838	652.843
Correspondentes		32.242	31.380
Operações de crédito	7	18.400.282	17.047.312
Setor privado		19.647.137	18.013.372
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7e	(1.246.855)	(966.060)
Outros créditos		1.098.122	830.468
Carteira de câmbio		90.162	70.984
Rendas a receber		127.405	126.267
Créditos específicos		13.232	11.562
Negociação e intermediação de valores		4.458	1.863
Títulos e créditos a receber	7	638.932	465.355
Devedores por compra de valores e bens	7	10.842	10.007
Diversos	8	243.346	178.932
Avais e fianças honrados	7	9.859	212
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7e	(40.114)	(34.714)
Outros valores e bens	9	156.461	76.604
Não circulante		13.256.995	12.071.154
Realizável a longo prazo		12.126.484	11.186.741
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	2.313.087	1.677.508
Carteira própria		752.436	72.433
Vinculados a operações compromissadas		562.370	299.547
Vinculados a prestação de garantias		997.670	1.304.794
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	611	734
Operações de crédito	7	9.643.420	9.345.757

CONTINUA »

	NOTA	2015	2014
ATIVO			
Setor privado		10.238.024	9.767.302
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7e	(594.604)	(421.545)
Outros créditos		169.977	163.476
Rendas a receber		4.489	-
Títulos e créditos a receber	7	65	55
Devedores por compra de valores e bens	7	20.263	17.251
Diversos	8	147.338	149.181
Avais e fianças honrados	7	347	657
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7e	(2.525)	(3.668)
Permanente		1.130.511	884.413
Investimentos		141.577	129.246
Participação em controladas no país	10	134.584	115.613
Outros investimentos	11	6.993	13.633
Imobilizado de uso	12	720.642	569.824
Imobilizações em curso		127.560	72.707
Imóveis de uso		220.197	187.519
Outras imobilizações de uso		780.511	659.790
Depreciação acumulada		(407.626)	(350.192)
Intangível	12	268.292	185.343
Aquisição e desenvolvimento de software		446.453	324.362
Amortização acumulada		(178.161)	(139.019)
Total do ativo		52.506.970	46.068.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Balancos patrimoniais combinados

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	NOTA	2015	2014
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante		19.799.579	19.624.238
Depósitos	13	14.184.168	14.355.055
Depósitos à vista		4.608.505	4.301.443
Depósitos de poupança		5.139.865	4.475.574
Depósitos interfinanceiros		2.829.378	4.106.206
Depósitos a prazo		1.606.420	1.471.832
Captações no mercado aberto	13	1.514.623	1.891.756
Carteira própria		52.917	145.299
Carteira de terceiros		1.461.706	1.746.457
Recursos de aceites e emissão de títulos		183.022	140.352
Recursos de letras de crédito do agronegócio		183.022	140.352
Relações interfinanceiras		302	908
Recebimentos e pagamentos a liquidar		302	908
Relações interdependências		120.766	95.722
Recursos em trânsito de terceiros		119.102	94.617
Transferência interna de recursos		1.664	1.105
Obrigações por empréstimos	14	708.181	497.745
Empréstimos no País		156.005	194.235
Empréstimos no exterior		552.176	303.510
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	14	1.009.460	860.953
Tesouro Nacional		150	1.389
Banco do Brasil		19.963	16.803
BNDES		573.378	448.145
FINAME		415.969	394.616
Instrumentos financeiros derivativos		437	599
Instrumentos financeiros derivativos		437	599
Outras obrigações		2.078.620	1.781.148
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		5.334	4.203
Carteira de câmbio	15.a	24.446	17.864
Sociais e estatutárias		187.811	153.501
Fiscais e previdenciárias		123.005	130.445
Negociação e intermediação de valores		10.549	5.329
Dívida subordinada	15.b	10.404	8.347
Diversas	15.c	1.717.071	1.461.459
Não circulante		24.331.495	19.516.127
Exigível a longo prazo		24.331.495	19.516.127
Depósitos	13	18.432.437	14.720.197
Depósitos a prazo		18.432.437	14.720.197
Captações no mercado aberto	13	623.319	327.171

CONTINUA »

	NOTA	2015	2014
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Carteira própria		623.319	327.171
Recursos de aceites e emissão de títulos		210.941	-
Obrigações por emissão de letras financeiras		210.941	-
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	14	4.884.504	4.302.761
Tesouro Nacional		-	154
Banco do Brasil		84.484	75.403
BNDES		2.996.388	2.335.404
FINAME		1.803.632	1.891.800
Instrumentos financeiros derivativos		94	-
Instrumentos financeiros derivativos		94	-
Outras obrigações		180.200	165.998
Fiscais e previdenciárias		323	36
Dívida subordinada	15.b	99.675	99.375
Diversas	15.c	80.202	66.587
Participação de acionistas não controladores		299.784	255.241
Participação de acionistas não controladores	17	299.784	255.241
Patrimônio líquido	18	8.076.112	6.672.787
Capital social	18.a	4.108.683	3.502.191
Reservas de lucros		3.712.135	2.884.652
Ajustes de avaliação patrimonial		(539)	(877)
Lucros acumulados		255.833	286.821
Total do passivo e do patrimônio líquido		52.506.970	46.068.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Demonstrações combinadas dos resultados

Semestre findo em 31 de dezembro de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	NOTA	2015 2º SEMESTRE	2015 EXERCÍCIO	2014 EXERCÍCIO
Receitas da intermediação financeira		4.703.931	8.655.184	6.579.141
Operações de crédito		3.188.735	6.035.956	4.868.086
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	6.c	15.165	30.961	23.524
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.456.982	2.506.886	1.624.581
Resultado de operações de câmbio		19.993	36.530	14.736
Resultado de aplicações compulsórias		23.056	44.851	48.214
Despesas da intermediação financeira		(2.615.222)	(4.591.172)	(3.101.836)
Operações de captação no mercado		(1.685.795)	(2.999.724)	(2.101.792)
Operações de empréstimos e repasses		(198.596)	(328.603)	(138.565)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.e	(730.831)	(1.262.845)	(861.479)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.088.709	4.064.012	3.477.305
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.236.154)	(2.284.615)	(1.912.813)
Receitas de prestação de serviços	22	592.929	1.115.992	991.694
Despesas de pessoal		(835.768)	(1.531.741)	(1.308.005)
Outras despesas administrativas	23	(717.372)	(1.332.657)	(1.126.286)
Despesas tributárias		(33.006)	(60.599)	(52.956)
Resultado de participações em controladas	10	9.330	15.972	12.964
Outras receitas operacionais	24	185.368	302.921	146.751
Outras despesas operacionais	25	(437.635)	(794.503)	(576.975)
Resultado operacional		852.555	1.779.397	1.564.492
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		852.555	1.779.397	1.564.492
Imposto de renda e contribuição social	19.a	9.878	(91.195)	(74.504)
Imposto de renda		5.144	(54.061)	(45.453)
Contribuição social		(314)	(36.386)	(28.780)
Créditos fiscais diferidos líquidos		5.048	(748)	(271)
Participações nos lucros		(101.057)	(199.108)	(177.360)
Participação dos acionistas não controladores		(26.879)	(51.107)	(47.787)
Lucro líquido do semestre/exercício		734.497	1.437.987	1.264.841
Juros sobre o capital próprio	18.b	(272.852)	(272.853)	(198.836)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Demonstrações combinadas das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	NOTA	CAPITAL SOCIAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		2.929.194
Destinação resultado exercício anterior		-
Distribuição para associados		-
Destinações para reservas		-
Reversão reserva legal/absorção perdas	18.b	-
Outras destinações		-
Aumento de capital	18.a	499.001
Baixas de capital	18.a	(136.601)
Ajustes ao valor de mercado - TVM		-
Lucro líquido do exercício		-
Destinações do lucro		-
Destinações FATES		-
Destinações para reservas		-
Juros sobre o capital próprio	18.b	163.518
Dividendos		-
Filiação de cooperativa ao Sistema	2.d	46.907
Incorporação de cooperativa		172
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		3.502.191
Destinação resultado exercício anterior		-
Distribuição de sobras para associados		-
Destinações para reservas		-
Reversão reserva legal/absorção perdas	18.b	-
Outras destinações		-
Aumento de capital	18.a	495.848
Baixas de capital	18.a	(160.013)
Ajustes ao valor de mercado - TVM		-
Lucro líquido do exercício		-
Destinações do lucro		-
Destinações FATES		-
Destinações para reservas		-
Juros sobre o capital próprio	18.b	268.953
Dividendos		-
Filiação de cooperativa ao Sistema	2.d	3.588
Desfiliação de cooperativa do Sistema	2.d	(1.887)
Incorporação de cooperativa		3
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		4.108.683
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015		3.781.721
Destinação resultado exercício anterior		-
Reversão reserva legal/absorção perdas	18.b	-
Outras destinações		-
Aumento de capital	18.a	148.642
Baixas de capital	18.a	(88.746)
Ajustes ao valor de mercado - TVM		-
Lucro líquido do semestre		-
Destinações do lucro		-
Destinações FATES		-
Destinações para reservas		-
Juros sobre o capital próprio	18.b	268.953
Dividendos		-
Desfiliação de cooperativa do Sistema	2.d	(1.887)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		4.108.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
RESERVA LEGAL	RESERVA ESPECIAL DE LUCROS	OUTRAS RESERVAS				
2.129.999	14.374	2.263	(132)	227.001	5.302.699	
-	-	-	-	(219.085)	(219.085)	
70.046	-	-	-	(70.046)	-	
(8.261)	-	-	-	8.261	-	
1.362	-	(853)	-	28.335	28.844	
-	-	-	-	-	499.001	
-	-	-	-	-	(136.601)	
-	-	-	(745)	-	(745)	
-	-	-	-	1.264.841	1.264.841	
-	-	-	-	(56.495)	(56.495)	
636.676	40.173	-	-	(676.849)	-	
-	-	-	-	(198.836)	(35.318)	
-	(14.374)	-	-	(21.101)	(35.475)	
13.079	-	-	-	767	60.753	
168	-	-	-	28	368	
2.843.069	40.173	1.410	(877)	286.821	6.672.787	
-	-	-	-	(294.298)	(294.298)	
76.258	-	50	-	(76.308)	-	
(11.993)	-	-	-	11.993	-	
1.586	-	323	-	56.283	58.192	
-	-	-	-	-	495.848	
-	-	-	-	-	(160.013)	
-	-	-	338	-	338	
-	-	-	-	1.437.987	1.437.987	
-	-	-	-	(64.571)	(64.571)	
737.921	63.744	-	-	(801.665)	-	
-	-	-	-	(272.853)	(3.900)	
-	(40.173)	-	-	(27.744)	(67.917)	
392	-	-	-	97	4.077	
(625)	-	-	-	91	(2.421)	
-	-	-	-	-	3	
3.646.608	63.744	1.783	(539)	255.833	8.076.112	
2.913.404	-	1.911	(784)	656.220	7.352.472	
(151)	-	-	-	151	-	
(689)	-	(128)	-	28.454	27.637	
-	-	-	-	-	148.642	
-	-	-	-	-	(88.746)	
-	-	-	245	-	245	
-	-	-	-	734.497	734.497	
-	-	-	-	(64.571)	(64.571)	
734.669	63.744	-	-	(798.413)	-	
-	-	-	-	(272.852)	(3.899)	
-	-	-	-	(27.744)	(27.744)	
(625)	-	-	-	91	(2.421)	
3.646.608	63.744	1.783	(539)	255.833	8.076.112	

Demonstrações combinadas dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	NOTA	2015 2º SEMESTRE	2015 EXERCÍCIO	2014 EXERCÍCIO
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		724.619	1.529.182	1.339.345
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos				
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos		(427)	(337)	2.810
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7e	730.831	1.262.845	861.479
Depreciações e amortizações	23	69.262	125.928	107.039
Perda na alienação de imobilizado		9.410	12.396	8.934
Provisão para passivos e litígios	16	18.738	33.927	33.165
Juros dívida subordinada	15.b	11.089	20.571	16.842
Resultado de participações em controladas	10	(9.330)	(15.972)	(12.964)
Equivalência patrimonial de outros investimentos		(8)	(43)	(13)
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício		1.554.184	2.968.497	2.356.637
Variações nos ativos e passivos				
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		1.318.566	1.019.458	(180.098)
Redução (aumento) em TVM e instrumentos financeiros derivativos		1.126.732	(3.638.320)	(696.467)
Redução (aumento) em depósitos compulsórios no BACEN		(81.229)	39.005	42.524
Redução (aumento) em relações interfinanceiras e relações interdependências		(44.052)	18.658	30.543
(Aumento) em operações de crédito		(2.853.917)	(2.913.478)	(5.315.176)
(Aumento) em outros créditos		(182.706)	(274.155)	(233.280)
(Aumento) em outros valores e bens		(56.491)	(79.857)	(9.510)
Aumento em depósitos		948.082	3.541.353	4.687.984
Aumento (redução) em captações no mercado aberto		37.608	(80.985)	(124.053)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		442.734	940.686	1.232.809
Aumento em outras obrigações		821.964	444.694	318.817
Caixa líquido proveniente das operações		3.031.475	1.985.556	2.110.730
Impostos de renda e contribuição social pagos		(18.815)	(85.083)	(93.731)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		3.012.660	1.900.473	2.016.999
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de intangível		(58.855)	(123.521)	(67.275)
Aquisição de imobilizado de uso		(145.562)	(248.570)	(209.276)
Integralização de capital em empresas controladas		(1.000)	(3.000)	(3.000)
Aquisição de outros investimentos		(1)	(52)	(6.847)
Redução do capital de investida		-	6.735	67
Dividendos recebidos		-	-	104
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(205.418)	(368.408)	(286.227)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Dívida subordinada		(9.347)	(18.214)	(15.244)
Aumento de capital		148.755	269.693	314.840
Baixas de capital		(88.746)	(160.013)	(136.601)
Ajustes patrimoniais		245	338	(745)
Dividendos pagos		(113)	(68.143)	(34.924)
Participações dos acionistas não controladores		(791)	44.543	67.739
Filiação de cooperativa ao Sistema	2.d	-	4.077	60.753
Desfiliação de cooperativa do Sistema	2.d	(2.421)	(2.421)	-
Incorporação de cooperativa		-	3	368
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		47.582	69.863	256.186
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		2.854.824	1.601.928	1.986.958
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		8.102.997	9.355.893	7.368.935
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	4	10.957.821	10.957.821	9.355.893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Sistema Cooperativo Sicredi (“Sicredi” ou “Sistema”) é integrado por 95 cooperativas de crédito filiadas (“Cooperativas”) de primeiro grau, que operam com uma rede de 1.394 pontos de atendimento. A estrutura conta ainda com as quatro Centrais Regionais (“Centrais”) – acionistas da Sicredi Participações S.A. – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi (“Confederação Sicredi”), a Fundação Sicredi e o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (“Banco”), que controla a Corretora de Seguros Sicredi Ltda, a Administradora de Cartões Sicredi Ltda, a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda e a Administradora de Bens Sicredi Ltda.

Com 3,1 milhões de associados em todo o país, o Sicredi é uma instituição financeira cooperativa feita por pessoas para pessoas. Presente em mais de dez estados brasileiros, promove o desenvolvimento econômico e social dos associados e das comunidades onde atua, operando com crescimento sustentável. Tem como diferencial um modelo de gestão que valoriza a participação, no qual os sócios votam e decidem sobre os rumos da sua cooperativa de crédito.

O Sistema, através do Banco firmou acordo de investimento em 07 de junho de 2011 com o Rabo Develop-

ment B.V. (“RFID”), braço de desenvolvimento do grupo holandês Rabobank. A parceria proporciona o intercâmbio de informações e de conhecimentos técnicos entre o Sicredi e o Sistema Rabobank. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”) em 27 de janeiro de 2011 e também pelo governo federal, através do Decreto presidencial de 18 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2011. Em 31 de dezembro de 2015 o RFID participa com 22,17% do capital do Banco.

Em outubro de 2012, o Sistema através do Banco firmou acordo de investimento com a International Finance Corporation (“IFC”), membro do Banco Mundial e instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento. A parceria visa contribuir para o desenvolvimento do Sicredi. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo Bacen em 24 de maio de 2013. Em 31 de dezembro de 2015 a IFC participa com 3,16% do capital do Banco.

A aprovação destas demonstrações financeiras combinadas foi dada pela Diretoria Executiva do Banco

Cooperativo Sicredi S.A. em 11 de março de 2016.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas

A) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS (“COMBINADO”)

As demonstrações financeiras combinadas do Sicredi, que são de responsabilidade das Administrações das instituições integrantes do Sistema, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Sistema, independentemente da disposição de sua estrutura societária, dos aspectos de controle e governança corporativa e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras estabelecidas pelo Bacen e Conselho Monetário Nacional (“CMN”). Dessa forma, tais demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma pessoa jurídica e suas controladas, bem como não podem ser tomadas

por base para fins de cálculo de dividendos, avaliação de desempenho, impostos ou para quaisquer outros fins societários ou estatutários.

As demonstrações financeiras combinadas dos Sistemas Cooperativos foram facultadas pelo CMN e Bacen através da Resolução nº 4.151/12 e da Circular nº 3.669/13, as quais possibilitam às instituições que compõem os Sistemas Cooperativos a divulgação de suas Demonstrações Financeiras de forma combinada e estabelecem procedimentos para a elaboração e divulgação dessas demonstrações.

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo

Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24, 25 e 33), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Certos valores do balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2014, da demonstração combinada do resultado e da demonstração combinada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram reapresentados. Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2014	
	REAPRESENTADO	ORIGINAL
DEMONSTRAÇÃO COMBINADA DOS FLUXOS DE CAIXA		
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(180.098)	(2.172.483)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.368.935	1.983.029
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.355.893	1.977.602

(i) Agrupamento de valores por tipo de atividade em demonstração do fluxo de caixa e ajuste no montante considerado caixa e equivalentes de caixa.

B) CRITÉRIOS DE COMBINAÇÃO

Foram incluídos os saldos das contas patrimoniais e de resultado das instituições participantes da combinação, bem como eliminados os saldos resultantes de operações realizados entre as instituições.

C) RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS

De acordo com a Resolução nº 4.151/12 do CMN o sistema cooperativo é o conjunto formado por cooperativas singulares de crédito, cooperativas centrais de crédito, confederações de crédito e banco cooperativos, vinculadas direta ou indiretamente a essas instituições, mediante participação societária ou por controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum, ou pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial.

Em 02 de outubro de 2013, o Bacen definiu, através do artigo 6º da Circular nº 3.669/13, que devem integrar

o Balancete Combinado do Sistema Cooperativo todos os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do sistema cooperativo combinado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

As entidades que compõem o Sistema são responsáveis individualmente pela condução de suas atividades de acordo com seu objeto social, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

Diante disso o Sicredi considerou as seguintes entidades em suas demonstrações financeiras combinadas:

Banco Cooperativo Sicredi S.A.: instituição financeira privada nacional, constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do CMN teve seu funcionamento autorizado pelo Bacen em 20 de março de 1996 e iniciou suas atividades em 3 de junho de 1996. O Banco tem por objeto social e

atividade preponderante o exercício de operações bancárias de caráter comercial, inclusive de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de sua carteira comercial e de investimentos. Por decisão estratégica do Sistema, atua como instrumento das Cooperativas de Crédito, possibilitando a estas, através de convênios, operar nos diversos mercados disponíveis e praticar operações complementares às de sua natureza, oportunizando aos seus associados o acesso a um balcão de serviços completo;

Cooperativas Centrais de Crédito: instituição financeira cooperativa de crédito que tem como atividade principal difundir o cooperativismo de crédito, coordenar e supervisionar a atuação das cooperativas filiadas, apoiando-as nas atividades de desenvolvimento e expansão, podendo praticar todas as operações compatíveis com a sua modalidade social, inclusive obter recursos financeiros de fontes externas, obedecida a legislação pertinente, aos atos

regulamentares oficiais, seu estatuto e às normas internas do Sicredi;

Cooperativas de Crédito Singulares: instituição financeira não bancária autorizada a funcionar pelo Bacen, devendo ser filiada a Cooperativas Centrais de Crédito;

Fundos de investimento: os fundos de investimento incluídos no combi-

nado, em atendimento ao artigo 6º da Circular nº 3.669/13 do Bacen, foram o Fundo Multimercado Centrais Sicredi e o Fundo de Investimento em Ações Sicredi.

As demais entidades do Sicredi, segundo estabelecido pela Resolução nº 4.151/12 do CMN e Circular nº 3.669/13 do Bacen, não foram incluídas nestas demonstrações

financeiras combinadas, sendo apresentadas através da participação societária. O detalhamento destas entidades é demonstrado nas notas explicativas 10 e 11.

A composição analítica das participações dos associados do Sistema nas instituições incluídas nas demonstrações financeiras combinadas é conforme segue:

NOME FANTASIA	UF	PARTICIPAÇÃO		ATIVO TOTAL		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RESULTADO	
		2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Banco Cooperativo Sicredi	RS	74,67%	77,01%	31.499.153	28.929.333	1.172.706	1.062.123	116.816	88.847
Central Sicredi Sul	RS	100,00%	100,00%	9.868.706	7.292.631	352.655	349.026	-	-
Central Sicredi PR/SP/RJ	PR	100,00%	100,00%	5.060.123	3.760.804	155.966	154.364	-	-
Central Sicredi Centro Norte	MT	100,00%	100,00%	2.490.404	1.954.378	121.225	114.828	1.194	3.443
Central Sicredi Brasil Central	GO	100,00%	100,00%	998.237	677.288	34.580	33.447	1.301	585
Sicredi Ouro Verde MT	MT	100,00%	100,00%	1.819.431	1.594.691	372.123	316.136	45.099	41.090
Sicredi Pioneira RS	RS	100,00%	100,00%	1.610.805	1.358.974	263.404	222.040	33.818	20.702
Sicredi Região dos Vales RS	RS	100,00%	100,00%	1.265.111	1.066.175	242.418	194.521	41.210	31.236
Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ	PR	100,00%	100,00%	1.460.384	1.221.087	231.922	191.995	31.006	30.083
Sicredi União RS	RS	100,00%	100,00%	1.337.379	1.126.918	230.892	195.860	29.927	23.652
Sicredi Pampa Gaúcho	RS	100,00%	100,00%	769.483	645.269	229.752	186.778	35.873	28.574
Sicredi União PR/SP	PR	100,00%	100,00%	1.722.210	1.482.030	226.662	196.962	8.315	23.823
Sicredi Celeiro do MT	MT	100,00%	100,00%	1.052.980	1.122.604	221.229	180.293	35.964	31.109
Sicredi Centro-Sul MS	MS	100,00%	100,00%	979.133	811.341	219.762	177.643	38.135	37.683
Sicredi Planalto RS/SC	RS	100,00%	100,00%	1.022.098	908.277	205.259	158.306	57.579	37.250
Sicredi Região Centro	RS	100,00%	100,00%	1.003.972	908.277	191.201	166.134	29.100	22.621
Sicredi Univales MT	MT	100,00%	100,00%	592.095	555.943	189.212	154.400	35.242	39.318
Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP	PR	100,00%	100,00%	1.209.352	984.765	181.732	142.321	32.049	25.840
Sicredi Araxingu	MT	100,00%	100,00%	746.619	704.479	162.799	131.833	24.577	18.674
Sicredi Serrana RS	RS	100,00%	100,00%	1.216.513	965.726	156.613	123.315	29.373	24.598
Sicredi Noroeste RS	RS	100,00%	100,00%	647.843	587.065	149.532	129.238	27.633	23.465
Sicredi Alto Uruguai RS/SC	RS	100,00%	100,00%	683.206	593.833	144.166	118.720	22.343	20.594
Sicredi Norte MT	MT	100,00%	100,00%	641.517	512.676	141.429	92.431	33.746	20.379
Sicredi Sudoeste MT	MT	100,00%	100,00%	585.287	537.334	141.410	114.467	17.409	22.663
Sicredi Fronteiras PR/SC/SP	PR	100,00%	100,00%	629.557	542.523	132.512	107.122	20.885	17.197
Sicredi Centro Serra RS	RS	100,00%	100,00%	559.864	512.300	130.260	110.634	15.211	16.639
Sicredi das Culturas RS	RS	100,00%	100,00%	556.519	503.157	126.677	107.503	23.200	19.591
Sicredi Ouro Branco RS	RS	100,00%	100,00%	733.202	632.594	126.114	104.517	16.812	14.977
Sicredi Norte RS/SC	RS	100,00%	100,00%	962.104	789.646	125.976	104.079	17.794	17.429
Sicredi Vale do Jaguari RS	RS	100,00%	100,00%	439.631	361.525	121.516	97.029	22.726	16.348
Sicredi Vale do Taquari RS	RS	100,00%	100,00%	639.511	546.403	121.599	99.035	23.241	18.370

CONTINUA »

NOME FANTASIA	UF	PARTICIPAÇÃO		ATIVO TOTAL		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RESULTADO	
		2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Sicredi Integração Rota das Terras RS	RS	100,00%	100,00%	516.567	418.782	115.127	95.215	16.113	8.993
Sicredi Ibiraiaras RS	RS	100,00%	100,00%	665.129	553.973	113.051	87.845	28.506	20.954
Sicredi Altos da Serra RS/SC	RS	100,00%	100,00%	673.892	554.625	112.589	90.571	23.984	15.290
Sicredi Botucaraí RS	RS	100,00%	100,00%	543.384	456.198	110.081	90.740	15.376	14.009
Sicredi Campos Gerais PR/SP	PR	100,00%	100,00%	836.912	650.720	109.641	81.503	21.130	17.538
Sicredi Zona Sul RS	RS	100,00%	100,00%	567.318	482.609	104.436	86.345	13.005	13.515
Sicredi Vale do Cerrado MT	MT	100,00%	100,00%	559.226	391.491	103.469	83.158	15.404	15.089
Sicredi Aliança PR/SP	PR	100,00%	100,00%	485.532	358.149	100.296	82.566	14.037	12.123
Sicredi Iguaçu PR/SC/SP	PR	100,00%	100,00%	507.201	424.957	98.757	79.024	16.570	13.477
Sicredi União MS/TO	MS	100,00%	100,00%	459.768	261.222	96.888	66.823	22.030	11.963
Sicredi Sul MT	MT	100,00%	100,00%	518.511	500.364	95.861	85.048	8.530	18.316
Sicredi Aliança RS/SC	RS	100,00%	100,00%	509.015	413.505	87.570	73.794	13.862	11.144
Sicredi Espumoso RS	RS	100,00%	100,00%	326.393	279.494	82.600	65.784	15.483	11.745
Sicredi Vale do Rio Pardo RS	RS	100,00%	100,00%	453.763	386.007	75.068	61.627	12.417	10.850
Sicredi Ceileiro RS/SC	RS	100,00%	100,00%	379.766	334.374	73.524	62.642	11.019	10.115
Sicredi Região da Produção	RS	100,00%	100,00%	471.118	410.461	71.656	58.475	9.118	8.406
Sicredi Parque das Araucárias PR/SC	PR	100,00%	100,00%	415.328	354.112	71.194	60.036	8.621	10.223
Sicredi Nossa Terra PR/SP	PR	100,00%	100,00%	410.637	369.627	70.959	61.901	5.895	8.503
Sicredi Agroempresarial PR/SP	PR	100,00%	100,00%	476.052	352.966	69.671	55.684	10.924	10.821
Sicredi Alto Jacuí RS	RS	100,00%	100,00%	342.062	283.452	69.118	55.362	10.585	9.522
Sicredi Estação RS	RS	100,00%	100,00%	281.832	239.592	68.646	52.450	13.802	9.041
Sicredi Rio	RJ	100,00%	100,00%	361.058	426.497	68.475	64.622	171	3.531
Sicredi Noroeste MT	MT	100,00%	100,00%	340.134	291.987	67.771	51.491	14.111	12.274
Sicredi Ceileiro Centro Oeste	MS	100,00%	100,00%	378.566	324.631	67.712	52.802	12.406	6.772
Sicredi Progresso PR/SP	PR	100,00%	100,00%	328.879	266.966	67.425	56.425	6.867	7.959
Sicredi Planalto Médio RS	RS	100,00%	100,00%	428.192	351.335	63.271	49.831	9.365	6.184
Sicredi Fronteira Sul RS	RS	100,00%	100,00%	340.138	280.923	58.158	46.826	6.748	5.779
Sicredi Pantanal MS	MS	100,00%	100,00%	219.540	197.111	57.081	41.260	12.877	8.165
Sicredi Grandes Lagos PR/SP	PR	100,00%	100,00%	261.897	215.658	56.620	46.935	6.574	10.344
Sicredi Terceiro Planalto	PR	100,00%	100,00%	254.798	233.357	56.573	45.813	9.566	9.056
Sicredi Campo Grande MS	MS	100,00%	100,00%	268.274	234.609	55.685	50.793	570	8.432
Sicredi Centro Sul PR/SC	PR	100,00%	100,00%	328.994	251.495	53.427	43.873	7.055	8.868
Sicredi Centro Leste RS	RS	100,00%	100,00%	391.097	383.109	51.803	46.653	1.489	3.050
Sicredi Norte Sul PR/SP	PR	100,00%	100,00%	337.821	289.126	50.061	41.472	5.429	4.766
Sicredi Planalto Central	GO	100,00%	100,00%	234.961	186.481	42.976	33.914	3.819	1.681
Sicredi Rio Paraná PR/SP	PR	100,00%	100,00%	245.778	206.798	42.048	34.505	3.884	3.569
Sicredi Grande Palmeira RS	RS	100,00%	100,00%	194.855	173.069	42.040	37.655	4.548	5.094
Sicredi União Metropolitana RS	RS	100,00%	100,00%	472.657	447.956	40.162	39.560	581	1.791

» CONTINUAÇÃO

NOME FANTASIA	UF	PARTICIPAÇÃO		ATIVO TOTAL		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RESULTADO	
		2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Sicredi Paranapanema PR/SP	PR	100,00%	100,00%	280.894	260.537	39.095	46.300	(8.143)	1.960
Sicredi Nordeste RS	RS	100,00%	100,00%	269.988	252.266	32.192	30.978	766	1.283
Sicredi Norte SC	SC	100,00%	100,00%	208.518	154.429	32.586	25.146	4.172	2.452
Sicredi Integração PR/SC	PR	100,00%	100,00%	293.147	241.887	30.283	26.025	2.933	1.469
Sicredi Carajas PA	PA	100,00%	100,00%	154.573	143.780	29.176	27.749	222	4.791
Sicredi Vale Litoral SC	SC	100,00%	100,00%	222.895	187.218	27.214	22.084	1.347	2.045
Sicredi Vale do Ivaí PR	PR	100,00%	100,00%	158.037	133.976	23.962	20.162	2.773	3.035
Sicredi Capal PR/SP	PR	100,00%	100,00%	233.579	194.435	23.751	20.050	1.871	2.323
Sicredi Sul SC	SC	100,00%	100,00%	190.335	152.046	22.823	20.081	1.408	987
Sicredi Sudoeste GO	GO	100,00%	100,00%	98.216	96.017	21.132	23.177	(4.098)	1.464
Sicredi Nordeste PA	PA	100,00%	100,00%	95.496	84.379	20.023	18.942	6	2.416
Sicredi Centro Oeste SP	SP	100,00%	100,00%	127.203	103.154	17.694	15.762	976	(2.201)
Sicredi Centro Norte SP	SP	100,00%	100,00%	108.012	102.901	16.738	14.699	1.320	1.979
Sicredi Noroeste SP	SP	100,00%	100,00%	120.230	101.445	15.806	13.561	1.908	758
Sicredi Força dos Ventos SP	SP	100,00%	100,00%	85.184	84.573	13.517	11.673	1.975	1.832
Sicredi Ajuris	RS	100,00%	100,00%	130.346	108.136	13.131	11.561	1.904	1.502
Sicredi Centro Paulista SP	SP	100,00%	100,00%	76.364	65.110	13.101	12.011	667	638
Sicredi Alta Noroeste SP	SP	100,00%	100,00%	59.190	45.715	11.712	9.993	1.123	1.215
Sicredi Grande São Paulo SP	SP	100,00%	100,00%	49.640	67.327	10.635	7.997	216	(1.010)
Sicredi Mil	RS	100,00%	100,00%	42.187	33.095	7.998	6.892	1.244	872
Sicredi MP	RS	100,00%	100,00%	39.577	37.468	6.797	5.999	870	761
Sicredi Credjuris	PR	100,00%	100,00%	112.027	94.462	6.538	6.407	154	596
Sicredi Cooperucs	RS	100,00%	100,00%	21.131	17.704	5.719	4.863	632	604
Sicredi Contábil GO	GO	100,00%	-	24.892	-	4.739	-	123	-
Sicredi Medicred PR	PR	100,00%	100,00%	34.704	29.612	4.145	3.319	545	284
Sicredi São Carlos SP	SP	100,00%	100,00%	14.682	13.780	3.118	2.556	447	215
Sicredi Sincocred PR	PR	100,00%	100,00%	21.517	17.445	2.728	2.162	452	188
Sicredi Credenoreg PR	PR	100,00%	100,00%	31.080	21.791	2.636	1.910	688	337
Sicredi Nova Alta Paulista SP	SP	100,00%	100,00%	17.200	15.494	2.560	2.477	71	198
Sicredi Pol RS	RS	100,00%	100,00%	17.954	13.686	2.344	2.236	163	91
Sicredi Coaabcred RS	RS	100,00%	100,00%	9.212	2.503	1.013	411	312	13
Fundo Multimercado Centrais Sicredi	RS	100,00%	100,00%	6.430.842	5.249.305	6.419.329	5.243.113	735.906	377.254
Fundo de Investimento em Ações Sicredi	RS	-	100,00%	-	1.010	-	1.007	(36)	(373)
Sicredi Justiça	RS	-	100,00%	-	17.038	-	2.329	(46)	149
Sicredi Ibirubá	RS	-	-	-	-	-	-	-	5.454
Sicredi Centro Sul	MS	-	-	-	-	-	-	-	4.229
Sicredi União Cerrado	MS	-	100,00%	-	61.136	-	11.837	(10.249)	138
Sicredi Quarta Colônia	RS	-	-	-	-	-	-	-	2.368
Sicredi Fetcoop SP	MS	-	100,00%	-	22.597	-	2.455	(501)	(5.862)
Sicredi Integração	PR	-	100,00%	-	20.290	-	3.005	(70)	165
Sicredi Copercredi PR	RS	-	-	-	-	-	-	-	(49)
Total do passivo e do patrimônio líquido		101	105	100.368.326	85.675.581	16.349.028	13.639.052	2.024.100	1.522.302

D) INSTITUIÇÕES INCLUÍDAS OU EXCLUÍDAS DO SISTEMA

As incorporações decorrem de decisão dos associados das cooperativas envolvidas e visam ampliar a capacidade operacional das mesmas.

Nos exercícios findos em dezembro de 2015 e de 2014 houve as seguintes incorporações entre cooperativas do Sistema:

INCORPORADORA	INCORPORADA	DATA-BASE	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RESULTADO
Sicredi Campos Gerais PR/SP	Sicredi Copercredi PR	03/2014	1.741	(49)
Sicredi Integração Rota das Terras RS	Sicredi Ibirubá	11/2014	31.555	5.454
Sicredi Região Centro	Sicredi Centro Sul	12/2014	29.450	4.229
Sicredi Região Centro	Sicredi Quarta Colônia	12/2014	17.975	2.368
Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP	Sicredi Fetcoop SP	03/2015	1.439	(501)
Sicredi Planalto Central	Sicredi Integração	03/2015	2.948	(70)
Sicredi União MS/TO	Sicredi União Cerrado	06/2015	1.501	(10.249)

As demonstrações combinadas de resultado e dos fluxos de caixa compreendem as operações das cooperativas incorporadas apenas para o período em que estavam ativas.

Sicredi Justiça do Sistema. Neste período houve também o resgate de todas as cotas e o encerramento do Fundo de Investimento em Ações Sicredi

Credcontábil ao Sistema, passando a denominar-se Sicredi Contábil GO.

No segundo semestre de 2015 houve a desfiliação da Cooperativa

No primeiro semestre de 2015 houve a filiação da Cooperativa

No primeiro semestre de 2014 houve a filiação da Cooperativa Uniced Rio ao Sistema, passando a denominar-se Sicredi Rio.

E) ELIMINAÇÕES ENTRE INSTITUIÇÕES DO SISTEMA

	AGLUTINADO		ELIMINAÇÕES		COMBINADO	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
ATIVO						
Circulante e realizável a longo prazo	97.784.518	83.393.939	(46.408.059)	(38.209.959)	51.376.459	45.183.980
Disponibilidades	538.860	479.868	(170)	(9)	538.690	479.859
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.162.720	16.879.386	(3.709.634)	(5.949.939)	11.453.086	10.929.447
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	24.527.520	15.865.004	(15.263.802)	(10.239.875)	9.263.718	5.625.129
Relações interfinanceiras	17.977.329	13.304.126	(17.324.626)	(12.618.198)	652.703	685.928
Operações de crédito	36.877.174	34.827.886	(8.833.472)	(8.434.817)	28.043.702	26.393.069
Outros créditos	2.541.181	1.961.065	(1.273.082)	(967.121)	1.268.099	993.944
Outros valores e bens	159.734	76.604	(3.273)	-	156.461	76.604
Permanente	2.583.808	2.281.642	(1.453.297)	(1.397.229)	1.130.511	884.413
Investimentos	1.594.874	1.526.475	(1.453.297)	(1.397.229)	141.577	129.246
Imobilizado de uso	720.642	569.824	-	-	720.642	569.824
Intangível	268.292	185.343	-	-	268.292	185.343
Total do ativo	100.368.326	85.675.581	(47.861.356)	(39.607.188)	52.506.970	46.068.393

CONTINUA »

» CONTINUAÇÃO

	AGLUTINADO		ELIMINAÇÕES		COMBINADO	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
PASSIVO						
Circulante e exigível a longo prazo	84.019.298	72.036.529	(39.888.224)	(32.896.164)	44.131.074	39.140.365
Depósitos	35.221.567	32.144.878	(2.604.962)	(3.069.626)	32.616.605	29.075.252
Captações no mercado aberto	11.446.527	9.378.219	(9.308.585)	(7159.292)	2.137.942	2.218.927
Recursos de aceites e emissão de títulos	393.963	140.352	-	-	393.963	140.352
Relações interfinanceiras	25.567.498	20.389.924	(25.567.196)	(20.389.016)	302	908
Relações interdependências	120.766	95.722	-	-	120.766	95.722
Obrigações por empréstimos	1.716.661	1.688.564	(1.008.480)	(1.190.819)	708.181	497.745
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	5.893.965	5.163.714	(1)	-	5.893.964	5.163.714
Instrumentos financeiros derivativos	531	599	-	-	531	599
Outras obrigações	3.657.820	3.034.557	(1.399.000)	(1.087.411)	2.258.820	1.947.146
Participação de acionistas não controladores	299.784	255.241	-	-	299.784	255.241
Patrimônio líquido	16.049.244	13.383.811	(7.973.132)	(6.711.024)	8.076.112	6.672.787
Total do passivo e do patrimônio líquido	100.368.326	85.675.581	(47.861.356)	(39.607.188)	52.506.970	46.068.393
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO						
Receitas da intermediação financeira	11.709.009	8.435.670	(3.053.825)	(1.856.529)	8.655.184	6.579.141
Despesas da intermediação financeira	(6.912.063)	(4.585.584)	2.320.891	1.483.748	(4.591.172)	(3.101.836)
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.209.690)	(1.877.084)	(74.925)	(35.729)	(2.284.615)	(1.912.813)
Imposto de renda e contribuição social	(91.195)	(74.504)	-	-	(91.195)	(74.504)
Participações nos lucros	(199.108)	(177.360)	-	-	(199.108)	(177.360)
Participação dos acionistas não controladores	(51.107)	(47.787)	-	-	(51.107)	(47.787)
Lucro líquido do exercício	2.245.846	1.673.351	(807.859)	(408.510)	1.437.987	1.264.841
Juros sobre o capital próprio	(272.853)	(198.836)	-	-	(272.853)	(198.836)

F) MOEDA FUNCIONAL

As demonstrações financeiras combinadas são expressas em reais, que é a moeda funcional de todo o Sistema.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras combinadas foram:

A) APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente

quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata dia e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

B) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

C) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e em moeda estrangeira e estão demonstradas pelo valor de resgate,

líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

D) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do Bacen, os títulos e valores mobiliários do Banco e dos fundos de investimento são avaliados e classificados da seguinte forma:

Títulos para negociação - são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, descontando a possibilidade de venda desses títulos.

E) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Sistema, através do Banco e dos fundos de investimento, utiliza derivativos, como swaps e futuros de taxas de juros, swap de moedas, futuros de câmbio em moedas estrangeiras, opções de taxas de juros e operações a termo.

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não, registrados como segue:

Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apro-

priado diariamente como receita ou despesa;

Operações de swap e opções - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa pro-rata até a data do balanço;

Operações a termo - pelo valor de cotação do mercado à vista, sendo as parcelas a receber ou a pagar prefixadas para uma data futura, ajustadas ao valor presente, tomando-se por base as taxas de mercado.

As operações são custodiadas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas.

F) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

G) PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE CÂMBIO

A provisão para perdas com operações de crédito e de câmbio é funda-

mentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

H) DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO (NÃO CIRCULANTES)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

I) INVESTIMENTOS

Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas, não incluídas na combinação, estão ajustados por avaliação pelo método da equivalência patrimonial.

J) IMOBILIZADO DE USO

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 12, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

K) INTANGÍVEL

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota 12.

L) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVO

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

M) ATIVOS E PASSIVOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira foram convertidos para reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Bacen para a data do encerramento do período.

N) DEPÓSITOS A PRAZO, INTERFINANCEIRO E POUPANÇA

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

O) DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES E EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO (NÃO CIRCULANTES)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

P) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social são constituídos sobre diferenças tem-

porariamente indedutíveis, às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

A alíquota da CSLL para as instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito, exceto cooperativas de crédito, foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei nº 13.169/15 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/15). A mesma Lei elevou a alíquota da CSLL para as cooperativas de crédito de 15% para 17% para o período-base compreendido entre 1º de outubro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

Q) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Deliberação nº 489/05 da Comissão de Valores Mobiliários e na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são

divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;

- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

R) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

S) PLANO DE PENSÃO - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Sistema participa de plano de pensão administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego na modalidade "contribuição definida". Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada. As empresas não têm obrigação legal nem construtiva de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Para o plano de contribuição definida, as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2015	2014
Disponibilidades	538.690	479.859
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)		
Revendas a liquidar - posição bancada	217.512	108.746
Revendas a liquidar - posição financiada	10.183.516	8.753.814
Aplicações em depósitos de poupança	15	48
Aplicações em moedas estrangeiras	18.088	13.426
Total	10.957.821	9.355.893

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2015	2014
Aplicações no mercado aberto	11.037.669	10.394.103
Revendas a liquidar - posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	17.994	62.142
Letras do Tesouro Nacional - LTN	815.133	1.400.129
Notas do Tesouro Nacional - NTN	21.026	21.998
Revendas a liquidar - posição financiada		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	300.156	588.142
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.031.613	6.220.907
Notas do Tesouro Nacional - NTN	5.851.747	2.100.785
Aplicações em depósitos interfinanceiros	397.314	521.870
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	397.314	521.870
Aplicações em depósitos de poupança	15	48
Aplicações em depósitos de poupança	15	48
Aplicações em moedas estrangeiras	18.088	13.426
Aplicações em moedas estrangeiras	18.088	13.426
Total	11.453.086	10.929.447

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A) COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

	2015	2014
Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.853.382	390.732
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.825.077	547.315
Notas do Tesouro Nacional - NTN	369	359
Letras Financeiras - LF	1.447.282	1.292.606
Debêntures	83.900	100.194
Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE	83.027	216.655
Títulos de renda variável - ações cias. abertas	6.791	4.211
Cédula de Produto Rural - CPR	-	1.779

CONTINUA »

» CONTINUAÇÃO

	2015	2014
Outros	884	18
Vinculados a operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.353.435	476.760
Vinculados à prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.294.782	1.896.177
Letras do Tesouro Nacional - LTN	48.339	285.940
Cédula de Produto Rural - CPR	200.674	168.860
Notas promissórias	-	30.028
Outros	72	72
Subtotal (Nota 6.b)	9.198.014	5.411.706
Operações de SWAP	6.801	1.018
Vendas a termo a receber	58.893	212.133
Opções	10	272
Total	9.263.718	5.625.129

B) CLASSIFICAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2015		2014	
	CUSTO ATUALIZADO	VALOR DE MERCADO	CUSTO ATUALIZADO	VALOR DE MERCADO
Mantidas para negociação				
Sem vencimento	6.755	6.755	4.185	4.185
A vencer em até 12 meses	3.502.977	3.501.104	1.001.475	1.000.144
A vencer acima de 12 meses	3.282.195	3.279.157	1.542.263	1.540.106
Subtotal	6.791.927	6.787.016	2.547.923	2.544.435
Disponível para a venda				
Sem vencimento	109	109	99	99
A vencer em até 12 meses	-	-	886.884	886.806
A vencer acima de 12 meses	2.313.679	2.312.476	1.634.030	1.632.335
Subtotal	2.313.788	2.312.585	2.521.013	2.519.240
Mantidos até o vencimento				
A vencer em até 12 meses	98.413	98.275	303.592	301.801
A vencer acima de 12 meses	-	-	44.439	44.261
Subtotal	98.413	98.275	348.031	346.062
Total	9.204.128	9.197.876	5.416.967	5.409.737

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Banco declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2015, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram perda líquida de R\$ 898 (2014 - perda líquida de R\$ 1.462), os quais estão registrados líquidos dos efeitos tributários no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", no valor de R\$ 539 (2014 - R\$ 877).

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

Nas operações de cédulas de depósitos bancários, de depósitos a prazo em garantia especial e de letras financeiras, os emissores são classificados em grupos de rating e, para os mesmos, são atribuídos spreads a cada emissão. Estes spreads são calculados com base nas taxas médias negociadas no dia.

As debêntures são atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA.

Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA). O spread de crédito é obtido por meio de metodologia utilizada para marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação em faixas de prazo, de acordo com o vencimento; ii) rating da operação, que considera o risco do emissor, garantias, etc. e iii) cálculo do spread por meio das taxas de emissão ponderadas por faixa de vencimento e rating da operação.

O valor de mercado das cédulas de produto rural é mensurado a partir da curva de juros, baseado nas taxas negociadas no mercado futuro de DI 1 dia da BM&FBovespa e nos spreads calculados para cada emissor.

As ações integrantes da carteira são valorizadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas em bolsas de valores.

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação estão apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

C) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Registrados em contas patrimoniais e de compensação conforme regras específicas do Bacen, destinam-se a atender às necessidades próprias com o objetivo de proteção (“hedge”) contra riscos de mercado que decorram, principalmente, de des-casamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

O Sistema adota uma política de minimização da exposição ao risco de mercado e o acompanhamento dos riscos é exercido diretamente pela Administração, por meio de instrumentos devidamente testados e avaliados.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. O Sistema não utiliza estruturas de contabilidade de hedge (“Hedge Accounting”).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontram-se ajustados ao seu valor de mercado, exceto os instrumentos financeiros derivativos para hedge de títulos classificados como mantidos até o vencimento, e os seus valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	2015				2014
	ATÉ 3 MESES	DE 3 A 12 MESES	ACIMA DE 12 MESES	TOTAL	TOTAL
POSIÇÃO LÍQUIDA DOS CONTRATOS A VENCER					
Compensação					
Contratos futuros	2.849.190	150.954	212.891	3.213.035	714.771
Contratos de swap	59.764	91.736	24.004	175.504	344.066
Contratos a termo	59.852	164	-	60.016	215.911
Contratos de opções	11	-	-	11	1.330
Total - 2015	2.968.817	242.854	236.895	3.448.566	
Total - 2014	13.253	1.235.601	27.224		1.276.078
Contratos de swap					
Posição ativa	3.529	2.662	611	6.802	1.018
Posição passiva	(4)	(431)	(94)	(529)	(362)
Contratos a termo					
Posição ativa	58.737	155	-	58.892	212.133
Posição passiva	-	-	-	-	-
Contratos de opções					
Posição ativa	10	-	-	10	272
Posição passiva	(2)	-	-	(2)	(237)
Total - 2015	62.270	2.386	517	65.173	
Total - 2014	154.682	57.427	715		212.789

	2015		VALOR DE MERCADO	2014
	VALOR REFERENCIAL DOS CONTRATOS	CUSTO - VALOR A RECEBER/ RECEBIDO (A PAGAR/PAGO)		
Contratos de futuros	3.213.035	285	-	-
Compromisso de compra	(2.112.937)	(310)	-	-
DI Futuro	(1.987.059)	(868)	-	-
DOL Futuro	(123.465)	570	-	-
Ibovespa	(2.413)	(12)	-	-

CONTINUA »

» CONTINUAÇÃO

	2015	2014		
	VALOR REFERENCIAL DOS CONTRATOS	CUSTO - VALOR A RECEBER/ RECEBIDO (A PAGAR/PAGO)	VALOR DE MERCADO	VALOR DE MERCADO
Compromisso de venda	5.325.972	595	-	-
DI Futuro	5.214.078	1.036	-	-
DOL Futuro	109.481	(454)	-	-
Ibovespa	2.413	13	-	-
Contratos de swap	175.504	5.601	5.741	660
Posição ativa	150.382	5.925	6.270	869
Mercado interfinanceiro	134.192	3.931	4.176	734
Moeda estrangeira	16.190	1.994	2.094	135
Posição passiva	25.122	(324)	(529)	(209)
Mercado interfinanceiro	19.000	(242)	(218)	-
Moeda estrangeira	6.122	(82)	(311)	(209)
Contratos a termo	60.016	-	58.892	212.133
Posição ativa	60.016	-	58.892	212.133
Venda de ações a termo	60.016	-	58.892	212.133
Contratos de opções	11	(1)	8	35
Posição ativa	13	1	10	272
Mercado de ações	13	1	10	260
Moeda estrangeira	-	-	-	12
Posição passiva	(2)	(2)	(2)	(237)
Mercado de ações	(2)	(2)	(2)	(237)

Em 31 de dezembro de 2015 o Banco possui operações de swap para hedge econômico de títulos públicos federais classificados como mantidos até o vencimento. O valor do diferencial a receber com base no custo atualizado é de R\$ 532 (2014 - R\$ 149), sem valor de diferencial a pagar (2014 - R\$ 153).

Os ajustes diários das operações de futuros são registrados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1. O saldo contabilizado em 31

de dezembro de 2015, junto à conta "Negociação e intermediação de valores" no Ativo é de R\$ 1.652 (2014 - R\$ 1.102) e no Passivo é de R\$ 1.367 (2014 - R\$ 1.370).

Os ajustes a valor de mercado das operações de swap são registrados em contas de ativo ou de passivo, dependendo do diferencial a receber ou a pagar.

O saldo contabilizado em 31 de dezembro de 2015, junto à conta

"Instrumentos financeiros derivativos" no Ativo é de R\$ 65.704 (2014 - R\$ 213.423), e no Passivo é de R\$ 531 (2014 - R\$ 599).

O resultado das operações com derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi R\$ 30.961 (2014 - R\$ 23.524).

Os títulos públicos dados em garantia para operações em bolsas, em 31 de dezembro de 2015, totalizam R\$ 17.593 (2014 - R\$ 15.768).

7. Operações de crédito

A) COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITOS POR TIPO DE OPERAÇÃO

	2015		2014	
	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	CIRCULANTE	LONGO PRAZO
Operações de crédito	19.647.137	10.238.024	18.013.372	9.767.302
Empréstimos e títulos descontados	10.044.852	3.372.746	9.040.414	2.991.880
Financiamentos	1.349.396	1.864.226	1.448.247	2.193.490
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.250.665	4.966.396	7.523.437	4.560.653
Financiamentos imobiliários	2.224	34.656	1.274	21.279
Operações de câmbio	53.340	-	50.481	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 15.a)	50.916	-	49.683	-

CONTINUA »

	2015		2014	
	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	CIRCULANTE	LONGO PRAZO
Rendas sobre adiantamentos sobre contratos de câmbio	2.424	-	798	-
Outros créditos	659.633	20.675	475.574	17.963
Títulos e créditos a receber ⁽¹⁾	638.932	65	465.355	55
Devedores por compra de valores e bens	10.842	20.263	10.007	17.251
Avais e fianças honrados	9.859	347	212	657
Total	20.360.110	10.258.699	18.539.427	9.785.265

⁽¹⁾ A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

B) COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITOS POR NÍVEL DE RISCO

Conforme o disposto no artigo 3º da Resolução nº 2.697/00 do CMN, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, incluindo

as operações de câmbio no valor de R\$ 53.340 (2014 - R\$ 50.481) e outros créditos com característica de crédito no valor de R\$ 680.308 (2014 - R\$

493.537), distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no artigo 1º da Resolução nº 2.682/99 do CMN:

NÍVEIS DE RISCO	% PROVISÃO	CARTEIRA		PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DE CÂMBIO E DE OUTROS CRÉDITOS	
		2015	2014	2015	2014
AA	0,00	6.136.931	5.422.115	-	-
A	0,50	9.951.517	4.745.440	49.758	23.727
B	1,00	7.075.453	8.337.024	70.755	83.370
C	3,00	3.217.642	6.706.654	96.529	201.200
D	10,00	1.989.408	1.763.775	198.941	176.378
E	30,00	749.201	398.926	224.760	119.678
F	50,00	447.388	244.234	223.694	122.117
G	70,00	168.340	90.214	117.838	63.150
H	100,00	882.929	616.310	882.929	616.310
Total		30.618.809	28.324.692	1.865.204	1.405.930

Em 31 de dezembro de 2015 o Sistema possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 18.894 (2014 - R\$ 20.257).

Em abril de 2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos.

A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

C) COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITOS POR SETOR DE ATIVIDADE E FAIXAS DE VENCIMENTO

SETOR PRIVADO	VENCIDAS A PARTIR DE 15 DIAS	2015			2014	
		ATÉ 3 MESES	DE 3 A 12 MESES	A VENCER ACIMA DE 12 MESES	TOTAL DA CARTEIRA	TOTAL DA CARTEIRA
Rural	47.837	1.169.685	7.040.010	4.983.867	13.241.399	12.105.916
Indústria	30.981	385.810	390.385	348.282	1.155.458	1.050.905
Comércio	93.378	1.242.940	1.296.789	970.447	3.603.554	3.261.018
Intermediação financeira	-	2	28	97	127	17
Outros serviços	75.784	831.767	1.122.045	1.122.837	3.152.433	2.843.916
Pessoas físicas	318.252	2.458.267	3.853.926	2.798.513	9.428.958	9.040.367
Habitação	-	690	1.534	34.656	36.880	22.553
Total - 2015	566.232	6.089.161	13.704.717	10.258.699	30.618.809	
Total - 2014	449.761	5.670.328	12.419.338	9.785.265		28.324.692

D) CONCENTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	2015	%	2014	%
10 maiores devedores	179.772	0,59	150.258	0,53
50 devedores seguintes	436.447	1,43	372.518	1,32
100 devedores seguintes	524.525	1,71	461.741	1,63
Demais	29.478.065	96,27	27.340.175	96,52
Total	30.618.809	100,00	28.324.692	100,00

E) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	2015	2014
Saldo inicial	1.425.987	1.038.901
Constituição de provisão	1.262.845	861.479
Movimentação de baixados para prejuízo	(804.734)	(474.393)
Saldo final	1.884.098	1.425.987

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 219.784 (2014 - R\$158.345),

foram registradas como "Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram realiza-

das renegociações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo no montante de R\$ 837.106 (2014 - R\$ 581.527).

8. Outros créditos - Diversos

	2015	2014
Devedores por convênios	4.853	7.940
Devedores por depósitos em garantia (Nota 16)	47.621	39.814
Adiantamentos e antecipações salariais	12.872	10.990
Impostos e contribuições a compensar	44.949	16.522
Compensação interna	969	-
Cotas de consórcio	6.551	4.254
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	8.728	10.024
Valores honrados	23.462	19.455
Repasses a regularizar	140	125
Pendências a regularizar	23.439	12.089
Operações com cartão de crédito	36.327	36.424
Outros	33.435	21.295
Total circulante	243.346	178.932
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta ⁰⁾	127.302	128.513
Tributos diferidos (Nota 19.b)	20.036	20.668
Total realizável a longo prazo	147.338	149.181

⁰⁾ Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

9. Outros valores e bens

	2015	2014
Bens não de uso próprio	168.606	82.487
Imóveis	127.963	57.417
Veículos	11.666	6.865
Máquinas e equipamentos	6.267	2.867
Bens em regime especial	22.652	15.317
Outros	58	21
Material em estoque	1.558	1.328
Despesas antecipadas	11.951	7.576
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(25.654)	(14.787)
Total	156.461	76.604

10. Participação em controladas no País

Apresentamos abaixo os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial na Administradora de Cartões Sicredi

Ltda. (Administradora de Cartões), Corretora de Seguros Sicredi Ltda. (Corretora de Seguros), Administradora de Bens Sicredi

Ltda. (Administradora de Bens) e Administradora de Consórcios Sicredi Ltda. (Administradora de Consórcios):

	ADMINISTRADORA DE CARTÕES		CORRETORA DE SEGUROS	
	2015	2014	2015	2014
Número de quotas possuídas	2.421	2.421	399	399
Percentual de participação	99,99	99,99	99,75	99,75
Capital social	2.421	2.421	400	400
Patrimônio líquido	26.461	22.581	17.801	14.122
Lucro líquido do exercício	3.881	3.167	3.679	3.492
Valor do investimento	26.459	22.578	17.757	14.087
Equivalência patrimonial	3.881	3.167	3.670	3.483

^o A Administradora de Consórcios teve seu Capital aumentado em R\$ 5.000 no exercício de 2015.

11. Outros investimentos

Os outros investimentos são participações do Sistema em outras empresas conforme abaixo:

	2015	2014
Redesys	815	769
Confederação Sicredi	5.372	5.372
Unicred Central RJ	-	6.733
Outros investimentos	806	759
Total	6.993	13.633

ADMINISTRADORA DE BENS		ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS ^o		TOTAL	TOTAL
2015	2014	2015	2014	2015	2014
46.276	46.276	19.825	16.826		
99,98	99,98	99,99	99,99		
46.286	46.286	19.827	16.827		
47.965	47.784	42.418	31.178		
182	901	8.240	5.415		
47.955	47.773	42.413	31.175	134.584	115.613
182	900	8.239	5.414	15.972	12.964

12. Imobilizado de uso e intangível

	2015		2014		TAXAS ANUAIS DE DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO %
	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO	LÍQUIDO	
Imobilizado de uso	1.128.268	(407.626)	720.642	569.824	
Terrenos	66.726	-	66.726	46.850	0
Edificações	153.471	(31.141)	122.330	115.492	2 a 4
Móveis e utensílios e instalações	476.348	(195.964)	280.384	222.247	10
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	221.410	(142.111)	79.299	73.350	20
Sistemas de transporte	42.627	(18.721)	23.906	21.588	20
Outras imobilizações	40.126	(19.689)	20.437	17.590	10 a 20
Imobilizações em andamento	127.560	-	127.560	72.707	0
Intangível (i)	447.314	(179.022)	268.292	185.343	5 a 10
Total - 2015	1.575.582	(586.648)	988.934		
Total - 2014	1.244.378	(489.211)		755.167	

^o Refere-se principalmente a investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares.

13. Depósitos e captações no mercado aberto

Apresentamos, a seguir, os depósitos e captações por faixa de vencimento:

	2015			2014	
	SEM VENCIMENTO E ATÉ 3 MESES	DE 3 A 12 MESES	ACIMA DE 12 MESES	TOTAL	TOTAL
Depósitos	11.295.044	2.889.124	18.432.437	32.616.605	29.075.252
Depósitos à vista	4.608.505	-	-	4.608.505	4.301.443
Depósitos de poupança rural	5.139.865	-	-	5.139.865	4.475.574
Depósitos interfinanceiros	686.656	2.142.722	-	2.829.378	4.106.206
Depósitos a prazo	860.018	746.402	18.432.437	20.038.857	16.192.029
Captações no mercado aberto	1.514.623	-	623.319	2.137.942	2.218.927
Carteira própria	52.917	-	623.319	676.236	472.470
Carteira de terceiros	1.461.706	-	-	1.461.706	1.746.457
Fundos de investimentos	1.461.706	-	-	1.461.706	1.720.838
Instituições financeiras	-	-	-	-	25.619
Total - 2015	12.809.667	2.889.124	19.055.756	34.754.547	
Total - 2014	12.221.933	4.024.878	15.047.368		31.294.179

14. Obrigações por empréstimos e repasses

	2015			2014	
	ATÉ 3 MESES	DE 3 A 12 MESES	ACIMA DE 12 MESES	TOTAL	TOTAL
Empréstimos no País	-	156.005	-	156.005	194.235
Empréstimos no Exterior	113.367	438.809	-	552.176	303.510
Repasses no País	163.609	845.851	4.884.504	5.893.964	5.163.714
Total - 2015	276.976	1.440.665	4.884.504	6.602.145	
Total - 2014	169.675	1.189.023	4.302.761		5.661.459

Os empréstimos no País são representados por operações de Cédula de Crédito Bancário – CCB e Contratos de Mútuo para repasse de empréstimos em moeda estrangeira, proveniente de recursos captados no exterior e convertidos em moeda nacional, com vencimentos até dezembro de 2016.

Os empréstimos no exterior são representados por recursos captados em moeda estrangeira para aplicações em operações comerciais de câmbio, com vencimento máximo em 360 dias.

Os recursos internos para repasses no País representam captações junto ao Banco Nacional de De-

envolvimento Econômico e Social - BNDES. As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais, trimestrais, semestrais e anuais, conforme aplicável, até o ano de 2027. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa, acrescidos da comissão de repasse.

15. Outras obrigações

A) CARTEIRA DE CÂMBIO

	2015	2014
Câmbio vendido a liquidar	2.978	3.983
Obrigações por compra de câmbio	72.384	63.564
Adiantamentos de contratos de câmbio (Nota 7a)	(50.916)	(49.683)
Total	24.446	17.864

B) DÍVIDA SUBORDINADA

Em 07 de fevereiro de 2013, em conformidade com a Resolução nº 3.444/07 do CMN o Banco efetuou operação de captação junto à IFC. A captação de recursos no exterior no valor de R\$ 99.375 com vencimento em dezembro de 2021, possui remuneração anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente. Em 31 de dezembro de 2015, o valor atualizado da dívida subordinada junto à IFC é de R\$ 109.762 (2014 - R\$ 107.722). A despesa, no

exercício findo em 31 de dezembro de 2015, totalizou R\$ 20.571 (2014 - R\$16.842) e está apresentada na rubrica "Operações de empréstimos e repasses".

Este instrumento possui cláusulas restritivas de dívida ("covenants"). Estas incluem, entre outras, cláusulas de manutenção de certos índices financeiros, tais como índice de Basileia, exposição ao risco de crédito, taxa de juros e câmbio apurados trimestralmente. O descumprimento

destas cláusulas implica no acréscimo à remuneração anual de 2%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o Sistema atendeu a todos os indicadores previstos.

O Sicredi possui letras financeiras subordinadas as quais possuem valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 317. A despesa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, totalizou R\$ 17 e está apresentada na rubrica "Operações de captação no mercado".

C) DIVERSAS

	2015	2014
Circulante		
Cheque administrativo	313.055	356.772
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽ⁱ⁾	374.668	324.707
Credores por convênios INSS	-	319
Juros poupança rural	20.177	14.458
Credores por convênio	13.200	323
Obrigações por convênios oficiais	7.687	8.094
Provisão coobrigações ⁽ⁱⁱ⁾	151.002	130.194
Pendências a regularizar	22.522	25.070
Estabelecimento credenciado - cartão múltiplo	776	6.490
Operações com cartão de crédito ⁽ⁱⁱⁱ⁾	649.389	469.975
Demais fornecedores	51.647	34.510
Credores diversos	112.948	90.547
Total circulante	1.717.071	1.461.459
Provisão para pagamentos a efetuar	6.878	6.810
Provisão para contingências (Nota 16)	73.324	59.777
Total exigível a longo prazo	80.202	66.587

⁽ⁱ⁾ Refere-se principalmente a obrigações trabalhistas como participação nos resultados, férias, 13º salário e encargos.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ A rubrica refere-se a valores a pagar de transações de cartões de crédito.

16. Passivos contingentes

O Sistema possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados

e suas respectivas provisões estão registrados na rubrica "Outras obrigações - diversas"

e demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

NATUREZA	PROBABILIDADE DE PERDA	2015	2014
Trabalhista	PROVÁVEL	54.270	45.362
Cível	PROVÁVEL	11.545	8.889
Fiscal	PROVÁVEL	7.164	5.123
Outros	PROVÁVEL	345	403
Total		73.324	59.777

O saldo da provisão para passivos contingentes (outros) refere-se à provisão de risco dos créditos securitizados pelas filiadas no exercício de 1996. Este alongamento de dívidas de crédito rural, "Securitização", está baseado na Lei nº 9.138/95, Resolução nº 2.238/96 do CMN e Carta Circular nº 2.642/96 do Bacen e posterior-

mente a Lei nº 10.437/02 e Resolução nº 2.963/02 do CMN.

A base de cálculo desta provisão de risco, baseada nos valores emprestados com recursos repassados pelo Banco do Brasil S.A., está registrada em conta de compensação, como Coobrigações em Cessões de Crédito e Créditos baixados como prejuízo.

Em 31 de dezembro de 2015, o Sistema possuía também processos trabalhistas, cíveis e fiscais cuja probabilidade de perda é possível no montante de R\$ 10.617, R\$ 50.817 e R\$ 34.951 (2014 - R\$ 17.664, R\$ 48.400 e R\$ 30.716), respectivamente.

A movimentação da provisão para contingências é como segue:

	2015	2014
Saldo inicial	59.777	48.812
Baixa por pagamento	(20.380)	(22.200)
Constituição de provisão	33.927	33.165
Saldo final	73.324	59.777

Em 31 de dezembro de 2015, o Sistema Sicredi possui depósitos judiciais

no montante de R\$ 47.621 (2014 - R\$ 39.814), registrados na rubrica de

"Outros créditos", os quais estão relacionados a estas contingências.

17. Participação dos acionistas não controladores

Em 31 de dezembro de 2015, o RFID e a IFC detêm, respectivamente, participação de 22,17% (2014 - 19,87%) e 3,16% (2014 - 3,12%) das ações do Banco.

rativas, chamada de QPL (quociente de participação nos lucros). Em 31 de dezembro de

2015 o QPL do RFID e da IFC é de 3,48% (2014 - 3,44%) e 0,25% (2014 - 0,25%), respectivamente.

As participações do RFID e da IFC dão-se em ações preferenciais classe A (PNA) e ações preferenciais classe B (PNB), respectivamente. Os dividendos a serem pagos a essas ações são calculados à proporção da participação do RFID e IFC e o patrimônio líquido das coope-

	2015		2014	
	RFID	IFC	RFID	IFC
Patrimônio Líquido do Banco	1.172.706		1.062.123	
Participação (%)	22,17%	3,16%	19,87%	3,12%
Participação (R\$)	260.015	37.021	211.046	33.171
Dividendo adicional	2.748	-	11.024	-
Participação acionista não controlador	262.763	37.021	222.070	33.171
QPL	3,48%	0,25%	3,44%	0,25%

18. Patrimônio líquido

A) CAPITAL SOCIAL

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada

associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2015	2014
Capital social	4.108.683	3.502.191
Quantidade de associados	3.117.201	2.888.503

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as cooperativas aumentaram seu capital social no montante de R\$ 495.848 (2014 - R\$ 499.001), sendo R\$ 226.155 (2014 - R\$ 184.161) via integralização de sobras e R\$ 269.693 (2014 - R\$ 314.840), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 160.013 (2014 - R\$136.601).

em 31 de dezembro de 2015 (2014 - R\$ 198.836), na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

- 5% para o Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa. Além dessas destinações, a Lei nº 5.764/71 prevê:

- O valor total recuperado, referente às operações de créditos baixadas como prejuízos, será destinado à constituição da Reserva Legal; e

- A Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

B) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social das cooperativas e com a Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas terão a seguinte destinação:

- Juros sobre o capital integralizado remunerado anualmente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, limitado ao máximo de até 12% ao ano, a serem propostos pelo Conselho de Administração da cooperativa. Adicionalmente, conforme determinado pela Circular nº 2.739/97 do Bacen, os juros sobre o capital integralizado foram registrados no resultado do período e ajustados ao final da demonstração de sobras para ser reapresentado como destinação das sobras, no valor de R\$ 272.853 no exercício findo

- (i) que os resultados positivos das operações com não-cooperados serão destinados à Reserva (fundo) de assistência técnica, educacional e social - RATES; e

Conforme estatuto social do Banco, o dividendo mínimo obrigatório não deverá ser inferior a 25% do lucro líquido, após a constituição da reserva legal.

- (ii) que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da Reserva Legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os cooperados com as sobras de exercícios futuros, conforme a Lei Complementar 130/09, cujo montante no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 11.993 (2014 - R\$ 8.261).

- Até 45% para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

19. Imposto de renda e contribuição social

A) CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DE IRPJ E CSLL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

No Banco, as provisões para CSLL foram constituídas pela aplicação da alíquota vigente de 20% e as

provisões para Imposto de Renda (IR) pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro

tributável que exceder a R\$ 240 no exercício, sobre o lucro tributável, conforme demonstrado abaixo:

	2015	2014
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	1.580.289	1.387.132
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(711.130)	(554.853)
Exclusões / (Adições)		
Permanentes		
Resultado de participações em controladas	6.700	5.186
Incentivos fiscais	2.972	2.188
Constituição de PPR pessoal	(2.336)	(2.972)
Receita com atos cooperativos	456.375	406.766
Prejuízo fiscal	(66)	25
Juros sobre o capital próprio	114.598	79.534
Efeito da alteração de alíquota de CSLL ^(*)	31.211	-
Efeito da majoração de alíquota de CSLL ^(**)	44.548	-
Outros líquidos	(34.067)	(10.378)
Subtotal	619.935	480.349
Temporárias		
(Provisão) de PPR	(222)	(360)
Reversão para operações de crédito	5.150	586
Reversão (provisão) de passivos contingentes	(1.937)	518
Ajuste de títulos marcados a mercado	50	(473)
Efeito da alteração de alíquota de CSLL ^(*)	(2.293)	-
Subtotal	748	271
IRPJ e CSLL correntes	(90.447)	(74.233)
Constituição de créditos tributários	(748)	(271)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(91.195)	(74.504)

^(*) Majoração Provisória de Alíquota de CSLL a partir de setembro de 2015 à dezembro de 2018 (Nota 3.p)

^(**) Efeito do diferencial de alíquota para as cooperativas de crédito, as quais a alíquota de Contribuição Social é de 12%.

B) Tributos diferidos ativos e passivos

i. Composição dos tributos diferidos

Os saldos de créditos tributários diferidos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, já consideradas as alíquotas fiscais

de 25% para o Imposto de Renda e 20% para a Contribuição Social vigentes, registrados nas rubricas "Outros créditos - diversos" no ativo

não circulante e "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" no passivo não circulante, apresentam-se como segue:

	2015	2014
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	5.917	3.335
Provisões de PLR e PPR	6.984	5.750
Provisão para perdas em ativos	5.652	10.249
Marcação a mercado TVM's e instrumentos financeiros derivativos	1.160	1.298
Total	19.713	20.632

O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor presente dos créditos tributários líquidos, calculados considerando a taxa média de 11,45% (2014 - 8,22%), calculada com base na taxa média dos títulos públicos

e das operações de crédito em carteira, monta a R\$ 18.426 (2014 - R\$ 18.126).

Não existem créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

ii. Período estimado de realização

Os valores dos ativos, fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

ANO	VALOR DOS CRÉDITOS	
	2015	2014
2015	-	10.986
2016	14.954	1.968
2017	3.144	1.666
2018	1.794	2.035
2019	36	1.651
2020	163	1.828
2021	(55)	534
Total	20.036	20.668

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não

existe uma correlação imediata entre o lucro líquido do Sistema e o resultado de imposto de renda e a contribuição social. Portanto a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros do Sistema.

iii. Movimentação no período

	DIFERIDO ATIVO		DIFERIDO PASSIVO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Saldo no início do exercício	20.668	20.287	(36)	(2)	(723)	(104)
Créditos tributários constituídos	15.003	9.346	(408)	(217)	221	57
Créditos tributários realizados	(15.635)	(8.965)	121	183	(50)	(676)
Saldo no final do exercício	20.036	20.668	(323)	(36)	(552)	(723)

20. Saldos e transações com partes relacionadas

A) INSTITUIÇÕES RELACIONADAS / CONTROLADAS

As entidades efetuam transações junto a partes relacionadas, incluindo empresas que não

fazem parte do processo de combinação desta demonstração financeira. Abaixo apresentamos

as operações realizadas com partes relacionadas, sumariadas por grupo contábil:

	2015	2014
Ativo	418.691	334.295
Outros créditos - Rendas a receber	24.595	21.588
Outros créditos - Diversos	127.302	128.513
Intangível	266.794	184.194
Passivo	197.909	176.504
Depósitos à vista	31.319	27.239
Depósitos a prazo	40.962	28.057
Carteira de terceiros	96.860	96.130
Diversas	28.768	25.078
Receitas	73.945	21.367
Outras receitas operacionais	68.914	18.973
Receitas de prestação de serviços	5.031	2.394
Despesas	432.480	357.672
Operações de captação no mercado	15.788	10.240
Outras despesas administrativas	600	566
Outras despesas operacionais	416.092	346.866

B) Transações com administradores

As transações com administradores referem-se a saldos de operações de crédito e depósitos (à vista e a prazo) mantidas nas cooperativas por seus administradores (diretores e conselheiros de administração).

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores, sumariadas por grupo contábil:

	2015	2014
Ativo	146.928	200.193
Operações de crédito	146.928	200.193
Passivo	169.590	151.489
Depósitos à vista	12.721	16.686
Depósitos a prazo	156.869	134.803

C) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi segue a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade.

Em relação à remuneração da Administração do Banco, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, será paga no ato e 50% estará disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencen-

do a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução nº 3.921/10 do CMN, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

A remuneração total do pessoal chave da administração para o exercício foi de R\$ 132.667 (2014 - R\$ 109.913) a qual é considerada benefício de curto prazo e benefício pós-emprego.

21. Fundos de investimento administrados pelo Banco

O Banco administra fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2015 atingiram R\$ 14.559.621 (2014 - R\$ 9.424.972), desconsiderando os saldos dos fundos consolidados nestas demonstrações financeiras combinadas. A receita com a administração dos fundos de investimento, no exercício, atingiu R\$ 11.112 (2014 - R\$ 9.258) e está apresentada na rubrica "Receita de prestação de serviços".

Os fundos de investimento são auditados em datas diversas por outros auditores independentes.

22. Receitas de prestação de serviços

	2015	2015	2014
	2º SEMESTRE	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
Renda administração de fundos	5.950	11.112	9.258
Receita de cobrança	64.405	121.221	102.212
Receita de custódia	1.870	3.445	2.424
Receita de serviços bancários	216.997	398.336	324.080
Receita de taxa administração recursos	723	1.584	1.857
Receita de processamento da compe	6.921	9.809	55.849
Receita de anuidades cartões	27.221	51.659	40.010
Receita de colocação de seguros	120.582	226.517	191.291
Receita de garantias prestadas	621	775	519
Receita de convênios	89.013	166.418	137.747
Receita de compartilhamento Tecban	19.070	47.214	57.422
Receitas de outros serviços	39.556	77.902	69.025
Total	592.929	1.115.992	991.694

23. Outras despesas administrativas

	2015	2015	2014
	2º SEMESTRE	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
Serviços do Sistema Financeiro ⁽ⁱ⁾	65.093	120.486	142.442
Depreciação e amortização	69.262	125.928	107.039
Comunicação	41.660	79.295	69.597
Processamento de dados	12.662	24.299	16.517
Serviços de terceiros ⁽ⁱⁱ⁾	113.168	208.813	177.766
Despesas de água, energia e gás	21.700	41.377	25.736
Despesas de aluguéis	66.811	125.564	104.229

CONTINUA »

	2015	2015	2014
	2º SEMESTRE	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
Despesas de manutenção e conservação de bens	39.383	76.225	64.735
Despesas de material	13.160	24.662	20.061
Despesas de promoções e relações públicas	80.463	141.497	100.888
Despesas de propaganda e publicidades	14.440	27.959	21.272
Despesas de transporte	43.793	81.250	66.851
Despesas de viagem	16.512	27.213	23.431
Despesas de taxas e emolumentos	24.345	42.080	29.590
Assistência social, educacional e técnica	29.926	68.258	57.344
Ressarcimento de tarifas	14.677	28.095	23.747
Outras despesas	50.317	89.656	75.041
Total	717.372	1.332.657	1.126.286

⁽⁹⁾ Rubrica composta substancialmente por despesas de prestação de serviços de alocação de recursos provenientes das linhas de crédito do BNDES e equalização de custos dos programas PRONAF e PROGER.

⁽¹⁰⁾ Refere-se a serviços terceirizados pelo Sistema como vigilância, serviços jurídicos e processamento de cartão de crédito.

24. Outras receitas operacionais

	2015	2015	2014
	2º SEMESTRE	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
Absorção de dispêndios - FATES	22.075	59.671	48.250
Recuperação de encargos e despesas	73.901	90.757	53.170
Reversão provisões operacionais	-	-	7.818
Doação Sicredi Fundos Garantidores	41.867	68.914	18.973
Lucros na alienação de valores e bens	785	1.478	2.780
Compensação - RCO	26.539	50.325	-
Convênio - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	895	1.873	792
Outras receitas	11.620	22.217	13.978
Total	177.682	295.235	145.761

25. Outras despesas operacionais

	2015	2015	2014
	2º SEMESTRE	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
Contribuição Confederação Sicredi ⁽⁹⁾	171.479	310.352	244.117
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	30.261	65.465	66.433
Provisão para passivos contingentes	18.738	33.927	33.165
Descontos concedidos em renegociações	62.511	108.518	69.129
Cartões	42.280	77.302	59.482
Contribuição O.C.E.	3.518	7.102	6.233
Encargos administração financeira	3.775	6.560	5.550
Perdas operacionais	15.711	27.641	22.208
Compensação - RCO	24.356	46.060	-
Outras despesas	65.006	111.576	70.658
Total	437.635	794.503	576.975

⁽⁹⁾ Refere-se a contribuições efetuadas pelo Sistema para a Confederação Sicredi pela prestação de serviços, nos segmentos de informática e administrativo, especialmente nas áreas tributária, contábil e de folha de pagamento.

26. Estrutura de gerenciamento de risco

A) RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito pode ser entendido como a possibilidade de o credor incorrer em perdas, em razão das obrigações assumidas pelo tomador não serem liquidadas nas condições pactuadas.

Contudo, dada à característica das atividades das instituições financeiras, todas as operações de crédito estão de alguma forma expostas ao risco, cabendo ao Sistema a realização de uma eficiente gestão com intuito de mitigar estes riscos, adequando as exposições aos níveis aceitáveis pela administração.

Para realização desta gestão devem ser controlados os seguintes fatores: (i) Tamanho da exposição; (ii) Prazo da exposição; (iii) Probabilidade de inadimplência; (iv) Concentração em relação a um dado fator ou segmento (região geográfica, canal de distribuição ou originação, clientes e associados individuais ou grupos econômicos, porte financeiro dos mesmos, setor econômico, tipo de instrumento, tipo de garantia, moeda, país, etc.); e (v) Diversificação do portfólio.

Este controle deve ser realizado através do estabelecimento de uma política clara e eficiente, alinhada com a cultura de crédito do Sistema, da definição de uma adequada estrutura de gerenciamento de risco de crédito, da mensuração adequada das perdas esperadas e não esperadas e do gerenciamento dos indicadores de exposição ao risco de crédito e de rentabilidade.

i. Cultura de crédito

O Sicredi tem como cultura de crédito a responsabilidade de preservar os recursos que a ele são confiados. A adequada gestão destes recursos deve propiciar as condições para o atendimento das demandas de seus clientes e associados das cooperativas.

A cultura de crédito do Sistema é baseada nos seguintes preceitos básicos: (i) Concessão do crédito com base na capacidade de pagamento dos tomadores, não sendo realizadas operações exclusivamente baseadas na garantia ou na possibilidade de cobrança de altos spreads; (ii) Concessão do crédito benéfica ao tomador, permitindo a esse realizar investimentos e melhorias ou satisfazer necessidades momentâneas; (iii) Observação irrestrita das normas internas e as emanadas pelas autoridades reguladoras; (iv) Observação incondicional da Política de Crédito; (v) Ações de acompanhamento e controle independentes e eficazes; (vi) Crescimento sustentável das carteiras; e (vii) Utilização adequada dos sistemas de informações.

A concessão de crédito no Sicredi pode ser realizada, principalmente, pelas entidades Cooperativas e pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. As primeiras concentram a grande maioria das operações de crédito, sendo estas as entidades que atuam diretamente com os associados.

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. atua de forma pontual e complementar nas operações de crédito cujo valor, somado a exposição total do associado, ultrapasse o limite máximo de concentração para o mesmo na Cooperativa. Essa atuação pontual tem como objetivo auxiliar as Cooperativas no atendimento das necessidades de seus associados. Além disso, em casos pontuais e justificáveis, o Banco poderá avaliar propostas abaixo do limite de concentração da Cooperativa, com base nas solicitações destas.

ii. Estrutura de gestão de risco de crédito

No Sicredi o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas entidades, áreas e colegiados locais.

A Área centralizada, sob a responsabilidade da Superintendência de Risco de Crédito, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi S.A., responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema. Esta unidade tem como principais atribuições responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos estatísticos; prover modelos quantitativos e técnicas qualitativas nos processos de concessão e manutenção de crédito; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi; capacitar os principais participantes do ciclo de crédito a fim de disseminar o conhecimento e a cultura do crédito responsável e, desta forma, contribuir para a sustentabilidade do Sistema.

As entidades, áreas e colegiados locais, são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente, cabendo ainda, às Centrais Estaduais e Cooperativas Singulares, a responsabilidade formal por esta gestão, incluindo a indicação de Diretor responsável junto ao Bacen.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução 3.721/09 do CMN, e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

iii. Política de crédito

A Política de Crédito e seus Regulamentos são primordiais para nortear

e embasar os procedimentos e operacionalidade de todo ciclo do crédito da organização. Este ciclo consiste num conjunto de atividades sequenciais, as quais se iniciam com as associações, passando pela concessão de um limite ou operação de crédito e depois pelo seu monitoramento e recebimento e, finalmente, pela cobrança extrajudicial ou judicial, que encerram e, ao mesmo tempo, reiniciam todo o processo.

Dentre os principais componentes de uma política podemos citar: (i) As normas legais; (ii) A definição estratégica da instituição; (iii) Os objetivos a serem alcançados; (iv) A forma de decisão e de delegação de poder; (v) Os limites de crédito; (vi) A análise de crédito; (vii) A composição e a formalização dos processos; e (viii) A administração e o controle de crédito.

iv. Delimitações do crédito

No Sistema, o processo de concessão e liberação do crédito está delimitado pelos níveis máximos de concentração e pelos critérios de elegibilidade dos clientes e associados, classificados em:

Sinais de alerta: as ocorrências de alerta referem-se a situações que indicam uma probabilidade maior de risco e, portanto devem ser avaliadas de forma mais criteriosa;

Critérios Restritivos: os critérios restritivos referem-se a situações consideradas de maior risco que restringem o processo de concessão e liberação do crédito;

Critérios de Impedimento: os critérios impeditivos referem-se a situações de risco elevado e, portanto, não aceitas pelo Banco. A situação de impedimento atribui-se às condições do cliente ou associado no momento da concessão e liberação do crédito;

Vedados: referem-se a situações que possam trazer exposições a riscos em níveis inadmissíveis ao perfil da entidade que por princípio, perdem permanentemente a elegibilidade a crédito.

A deliberação de crédito dá-se através de:

Alçada individual: atribuída a um indivíduo em decorrência do cargo que ocupa na instituição.

Comitês de crédito: alçada atribuída a um colegiado composto por indivíduos capazes de tomar decisão aderente a estratégia da instituição e que ocupam determinados cargos diretamente relacionados com o ciclo de crédito.

v. Recuperação de crédito

No Sicredi, todas as ações de recuperação de crédito visam estabelecer um processo de recuperação eficiente, de acordo com as características da entidade e com a melhor relação de custo vs. benefício. A recuperação de crédito no Sistema é realizada pela Gerência de Recuperação de Crédito e por Assessorias de Cobrança.

vi. Operações com o mercado financeiro

A política de risco de crédito estabelece que as aplicações realizadas pelo Sistema no mercado financeiro precedem de análise de crédito das contrapartes e aprovação de limites pelo Comitê de Crédito. Os estudos técnicos realizados pela Gerência de Análise de Crédito baseiam-se em demonstrativos trimestrais auditados, ranking e rating das instituições, dados de concentração de devedores e depositantes, qualidade e perfil da carteira de crédito, carteira de tesouraria, coobrigações existentes e, em casos de bancos com capital de origem estrangeiros, informações econômico-financeiras do controlador.

B) RISCO DE LIQUIDEZ

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis

de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Banco Cooperativo Sicredi possui estrutura de gerenciamento do risco de liquidez compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e com a dimensão da exposição ao risco de liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos.

Os instrumentos de gestão do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Fluxo de Caixa;
- Limites Operacionais;
- Demonstrativo do Risco de Liquidez (DRL);
- Plano de Contingência;

Adicionalmente, para as cooperativas singulares, calcula-se um nível mínimo de liquidez como o percentual a ser aplicado sobre a base total diária de depósitos. Tais recursos devem ser mantidos na centralização financeira, sob a administração do Banco. O nível mínimo de liquidez é composto pela soma de quatro parcelas que abrangem as principais fontes de risco potenciais, quais sejam:

- Volatilidade dos depósitos;
- Concentração de recursos;
- Crédito pré-aprovado;
- Coobrigações e repasses.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi / Relatórios / Gestão de Riscos / Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

C) RISCO DE MERCADO

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

O Banco Cooperativo Sicredi possui estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e com a dimensão da exposição ao risco de mercado do Sistema.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos.

A estrutura de risco de mercado estabelece as metodologias destinadas a mensurar e monitorar a exposição ao risco de mercado, tanto para as operações incluídas na Carteira de Negociação quanto para as demais posições, as quais abrangem todas as fontes relevantes de risco de mercado.

Estas metodologias, definidas seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor e alinhadas às melhores práticas de mercado, consideram a natureza das operações, a segregação das carteiras, o nível de complexidade

dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado de cada Entidade do Sistema, incluindo:

- Valor em Risco (VaR);
- Teste de Estresse de Mercado;
- Teste de Estresse de Crédito Privado;
- Sensibilidade;
- GAPs por Fator de Risco;
- *Duration*;
- Teste de Aderência (*Backtest*).

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi / Relatórios / Gestão de Riscos / Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

D) RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade

do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

27. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O modelo de gerenciamento de capital adotado pelo Sicredi envolve uma estrutura com a participação de quatro diretorias e atuação de diversas áreas. O Diretor Executivo de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos é o responsável perante os órgãos legais, e a Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital é a área desta diretoria responsável por coordenar o gerenciamento de capital do Sistema, com o auxílio das seguintes áreas: Gerência da Gestão da Estratégia, Gerência de Planejamento de Negócios, Gerência de Modelagem de Crédito e Risco, Gerência de Portfólio de Crédito, Gerência de Controles Internos e Riscos Operacionais e a Gerência de Finanças Corporativas.

Estas áreas são responsáveis por diferentes fases do ciclo de negócios e devem agir em sinergia para definição dos seguintes processos:

- Planejamento estratégico;
- Planejamento orçamentário de curto e de longo prazo;

- Projeção dos ativos ponderados pelos riscos (RWA);
- Plano de capital.

Os processos de planejamento estratégico, planejamento orçamentário e de projeção dos ativos ponderados pelos riscos são interligados e, em conjunto, consolidam a base para gerenciamento de capital do Sistema e elaboração do plano de capital.

A descrição da política completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi / Relatórios / Gestão de Riscos / Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do CMN, compatível com os riscos de suas atividades.

Apesar das Demonstrações Financeiras Combinadas, o Bacen exige a observação dos níveis de adequação patrimonial de cada uma das instituições do Combinado.

Em 31 de dezembro de 2015 todas as instituições integrantes do Combinado encontram-se dentro dos parâmetros de Basileia estabelecidos pelo Bacen.

29. Bancos correspondentes

Conforme permitido pela Resolução nº 3.263/05 do CMN, o Sistema realizou acordos para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - SFN. Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação.

30. Compromissos, garantias e outras responsabilidades

A) COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS RESPONSABILIDADES

	2015	2014
Coobrigação por garantias prestadas		
Beneficiários de garantias prestadas	30.483	55.102
Coobrigações em cessões de crédito	7.902	9.052
Depositários de valores em custódia/garantia	7.077.969	8.844.274
Títulos em cobrança	5.896.088	3.974.850

B) OUTRAS GARANTIAS

	2015	2014
Margem garantia BM&FBovespa	17.593	15.768
Tecnologia Bancária S/A - TECBAN	1.074	1.621

31. Cobertura de seguros

O Sistema mantém política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações. A suficiência da cobertura foi determinada pela administração do Sistema, que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

32. Eventos subsequentes

Em 19 de agosto de 2015, a administração da Confederação Sicredi, da Sicredi Participações S.A. e do Banco assinou, junto à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Unicred Central Norte/Nordeste, memorando de intenção de filiação daquela Central ao Sistema Sicredi. Em 28 de janeiro de 2016, ocorreu a Assembleia da Unicred Central Norte/Nordeste que aprovou sua filiação ao Sicredi, assim como alteração de sua denominação social para Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste. Em 03 de março de 2016 o processo

foi aprovado pelo do Bacen. Com a filiação, o Sicredi ampliará sua área de atuação para os estados do Norte e Nordeste do país, dos atuais 11 para 20 estados brasileiros.

Em 03 de março de 2016, a Unicred Cariri (filiada à Central NN/E) realizou a assembleia aprovando a filiação ao Sistema Sicredi, assim como alteração de sua denominação social para Sicredi Cariri.

